



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 A Prova Discursiva-**Estudo de Caso** para Técnico Fazendário, Técnico de Tecnologia da Informação e Técnico em Web Design, de caráter habilitatório e classificatório, constará de duas questões dissertativas e/ou resolução de problemas e/ou caso prático, de Conhecimentos Específicos versando sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital. 9.4 A Prova Discursiva será avaliada em conformidade com os seguintes critérios: o domínio técnico do conteúdo aplicado, considerando as especificidades das questões propostas, a correção gramatical e a adequação vocabular, tendo em vista os mecanismos básicos de constituição do vernáculo e os procedimentos de coesão e argumentação. 9.6 Será atribuída nota zero à Prova Discursiva-**Estudo de Caso** que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) estiver em branco; d) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) fugir ao tema proposto. 9.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho, na Prova Discursiva, serão consideradas as normas ortográficas promulgadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. 9.8 Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.9 Para os cargos de Técnico Fazendário, Técnico de Tecnologia da Informação e Técnico em Web Design, a Prova Discursiva-**Estudo de Caso** será avaliada na escala 0 (zero) a 100 (cem), valendo **50 (cinquenta) pontos** cada questão. 9.10 Considerar-se-á habilitado o candidato que obtiver nota maior ou igual a 30 (trinta) em cada uma das questões.

QUESTÃO 1

Considere as informações abaixo referentes a um *software* adquirido para a utilização pelos servidores de um ente público municipal para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 26/09/2017, o ordenador de despesa do referido ente empenhou despesas, quais sejam:

- Empenho de despesa orçamentária no valor de R\$ 160.000,00 referente à aquisição de um *software*, não integrante de *hardware*, ou seja, que não necessita de um *hardware* específico para funcionar, para o uso interno por tempo indefinido pelo referido ente e classificado, conseqüentemente, como ativo de vida útil indefinida.
- Empenho de despesa orçamentária no valor de R\$ 3.000,00 referente a serviços de instalação e realização de testes para o funcionamento adequado do *software*.

Em 01/12/2017, o fornecedor disponibilizou o *software* para o uso do referido ente e o serviço de instalação e realização de testes foram prestados. Nesta mesma data, o ativo foi colocado em condições de uso e o ente público municipal iniciou a sua utilização. Ambas as despesas foram liquidadas em 01/12/2017 pelos valores totais dos empenhos emitidos em 26/09/2017 e, em 31/01/2018, os valores totais devidos aos fornecedores foram pagos.

Em decorrência da reorganização das atividades executadas pelo ente público municipal, o *software* precisou ser transferido para um novo local de uso, incorrendo no seguinte gasto referente à transferência:

- Empenho e liquidação de despesa orçamentária, em 01/08/2018, no valor de R\$ 1.200,00 com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica referente ao serviço da transferência do *software* para o seu novo local de uso. O serviço foi prestado em 01/08/2018 e a despesa foi paga, pelo valor total do empenho, em 15/01/2019.

Também em 01/08/2018, foi estabelecido o compromisso para a venda do *software* pelo valor total de R\$ 70.000,00 a ser concretizada em 31/07/2023. O compromisso para a venda do *software* foi estabelecido por meio de acordo contratual, sendo que o ente público municipal não possui a possibilidade de não vender o *software*. Além disso, o referido ente pretende utilizar o ativo até 31/07/2023. Sabe-se que nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o *software*.

Informação adicional: o ente público municipal utiliza o modelo de custo para a mensuração do valor do *software* após o seu reconhecimento inicial e o método linear para o cálculo da amortização mensal de tal ativo.

Com base nessas informações tomadas em conjunto, responda:

- a. Em qual classe, grupo e subgrupo, respectivamente, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, quanto à natureza de informação patrimonial, foi realizado o reconhecimento inicial do *software*?
- b. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em qual data ocorreu o reconhecimento inicial do *software* no Balanço Patrimonial e por qual valor total? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.
- c. Qual o valor da amortização acumulada do *software* foi evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.
- d. Qual o valor total das variações patrimoniais diminutivas referente ao *software* foi evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2018? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	



8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

RAZÃO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

As Indústrias Reunidas Eufrásia Fátima Ltda., empresa de tecelagem, está instalada em imóvel que se localiza inteiramente na área rural do Município "A", imóvel este que é cortado por um riacho, que acaba por atrapalhar muito a movimentação das mercadorias de um lado para outro lado da referida propriedade. Essa movimentação, durante muitos anos, teve de ser feita por meio de uma ponte localizada fora da propriedade.

Para acabar com este entrave e agilizar a movimentação das mercadorias dentro da área da empresa, as Indústrias Reunidas Eufrásia Fátima Ltda. decidiram construir, a suas próprias expensas, dentro do imóvel onde se localiza a empresa, uma ponte robusta, ligando ambos os lados. Trata-se de uma obra de construção civil de porte considerável.

Para alcançar esse desiderato, contrataram a Construtora Demétrio Coriolano S/A, empresa de construção civil com estabelecimento único, localizada no Município "B", a qual foi incumbida de realizar a obra toda, inclusive fornecendo os materiais necessários para a prestação do referido serviço de construção civil.

De acordo com o orçamento feito, o preço total da obra seria de R\$ 2.500.000,00, sendo R\$ 1.500.000,00 referentes aos materiais fornecidos pela construtora e R\$ 1.000.000,00 referentes ao serviço prestado.

Com base nessas informações, no Código Tributário Nacional e na Lei Complementar nº 116/2003, responda, apresentando fundamentos de fato e de direito, as seguintes perguntas:

- Considerando que a referida ponte aumentará o valor do imóvel em que se localiza a empresa Indústrias Reunidas Eufrásia Fátima Ltda., é possível instituir e cobrar contribuição de melhoria em decorrência da obra realizada?
- Em qual Município o serviço é considerado prestado e a qual Município o ISSQN é considerado devido?
- Quem é o contribuinte do ISSQN devido?
- Há responsável tributário pelo ISSQN devido? Em caso afirmativo, quem é ele?
- Qual é o valor da base de cálculo do ISSQN?
- A carga tributária do ISSQN poderá ser de apenas 1,5%?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	



22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO